



Por falta de quórum, a Câmara dos Deputados não pôde votar ontem, na reabertura dos trabalhos, nenhum dos 66 projetos de lei que figuram na ordem do dia. A sessão, aberta às 13 horas e encerrada às 16h15, só foi movimentada pela presença de favelados do Distrito Federal e de plantadores de cana da Transamazônica nas galerias populares, que aplaudiram entusiasmados alguns discursos a eles dirigidos.

Embora a lista de presença acusasse a presença de 112 deputados, menos de 20 compareceram ao plenário para discursar. O candidato a prefeito de São Paulo pelo PT, Eduardo Matarazzo Suplicy, encaminhou à Mesa requerimento de informações ao Poder Executivo pedindo esclarecimentos sobre a viagem de estudos ao Nordeste dos estagiários da Escola Superior de Guerra, sob o comando do general Euclides Figueiredo Filho. Lembrando que 106 pessoas integram a comitiva, que seguiu em Boeing es-

Na volta ao trabalho, nenhum projeto aprovado.

pecial da Varig do Rio para Fortaleza, Suplicy indaga o custo da viagem, a origem dos recursos para seu custeio e se eles estão previstos dentro das verbas orçamentárias destinadas à educação. O líder do PDS, Prisco Viana, reclamou da indefinição do governo quanto à reforma tributária, mas não foi respondido pelo PMDB. O vice-líder do PMDB, João Gilberto, agindo como oposicionista, criticou a emissão de papel-moeda pelo Banco Central sem autorização do Congresso.

Dois deputados abordaram as denúncias do ministro das Comunicações sobre o excesso de esquerdistas no governo. Arthur Virgílio Neto (AM),

da esquerda independente do PMDB, reclamou do apoio do secretário-geral do partido, Roberto Cardoso Alves, àquelas colocações e defendeu os ministros da Agricultura, do Trabalho, do Planejamento, da Justiça e da Previdência das acusações. "Acho que no PMDB há direitistas demais e no ministério há progressistas de menos", disse o representante amazonense.

Na mesma linha pronunciou-se o deputado José Genoino Neto (PT-SP), para quem, assim como há esquerdistas, há no governo muitos direitistas e até mesmo "alguns acusados de terem sido torturadores durante os governos militares".

"Vamos fazer a identificação ideológica do governo. Comprometemo-nos a trazer à Câmara uma lista de 233 torturadores que estão espalhados na administração civil e militar neste país", disse o deputado do PT, acusando o ministro das Comunicações, o diretor da ESG e o secretário-geral do PMDB de serem parte de uma es-

tratégia "que transforma a esquerda em bode expiatório para uma nova ofensiva da direita".

Os pronunciamentos não chegaram a animar a sonolenta sessão de reabertura dos trabalhos da Câmara. O ministro da Justiça, em visita à Casa, nem entrou no plenário vazio. Voltou da porta. Não houve apartes nem debates, numa antecipação do que ocorrerá durante todo o semestre pelo esvaziamento do Legislativo devido à campanha eleitoral. Para os poucos que estavam no plenário, ficou o alerta do deputado Hélio Duque (PMDB-PR) sobre a necessidade de o Congresso preservar sua imagem perante a opinião pública. Lembrando os episódios de fraude nas votações ocorridas no primeiro semestre, o deputado afirmou: "O momento brasileiro é sério e grave. Todo arranhão cometido pelo Legislativo é um poderoso argumento para a própria desestabilização desse nascente projeto democratizador em execução na sociedade".